



**“EU NÃO GOSTO DE FALAR DESSE ASSUNTO”: A DISCURSIVIZAÇÃO DAS  
RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR**

Ninfa Emiliana Freire Santos Fausto<sup>1</sup>

**INTRODUÇÃO**

Este resumo expandido/ampliado abordará um tema muito atual, permeado de diferentes sentidos e de muitos silêncios, também. Trata-se das relações etnicorraciais no ambiente escolar. Contudo, temos consciência que nas últimas décadas, a discussão sobre as questões étnicas tem ganhado corpo e se ampliado de forma progressiva na sociedade brasileira, principalmente, na educação. E, toda essa problematização vem envolvendo tanto as práticas cotidianas dessas relações, os embates e ações políticas, bem como as construções conceituais a estas relacionadas. Entretanto, é imperioso dizer que esse “assunto” é dotado de características bastante particulares, afinal, tratar das relações etnicorraciais nos espaços educativos é adentrar em polêmicas, em situações de invisibilidade e silenciamento, em casos de constrangimentos, em posturas problemáticas, tidas como naturais, ou seja, é mergulhar em “águas turbulentas”.

Destarte, a história tem mostrado que as pesquisas, de maneira geral, têm se preocupado, muito mais, em saber se está havendo a implantação da lei 10.639/03 no currículo escolar, do que interpretar o que está por traz do discurso do professor, do imaginário daqueles que foram chamados a cumprir tais “leis/ordens” impostas (?) pelas políticas públicas de ações afirmativas. Então, é justamente desse ponto, que trata o/do processo das relações etnicorraciais que “muitos” não gostam de falar, de dar sentidos... é que pretendemos, através de nosso trabalho, dar conta de interpretar/compreender. Sendo assim, escolhemos ter como objetivo central conhecer/compreender o que está sendo discursivizado sobre as relações etnicorraciais no ambiente escolar – através dos discursos/enunciados do sujeito-professor.

<sup>1</sup> Mestre em Educação pelo PPGed da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. Membro do grupo de investigação sobre narrativas, práticas letradas e discursos (GRINPRALED/CNPq). Atualmente é professora da rede pública municipal de Pindaí/BA e presidente do CME/Conselho Municipal de Educação. Endereço eletrônico: [ninfafreire3@gmail.com](mailto:ninfafreire3@gmail.com)



## METODOLOGIA

É imperioso destacar que a presente pesquisa se fundamenta na Análise do Discurso de linha francesa Pecheutiana, por assim, considerarmos ser um campo do saber cujo objeto é o *discurso*, sendo este considerado como uma instância histórica, social e ideológica. Pois, Orlandi (1999) nos confirma que uma das contribuições dessa teoria é levar o pesquisador a um estado de reflexão, uma relação menos ingênua com a linguagem, o que implica considerar a historicidade dos sentidos e a materialidade discursiva no processo de interpretação/compreensão.

Faz-se necessário esclarecer que a Análise de Discurso, pode ser situada, conforme Tfouni (1992) dentro do Paradigma Indiciário (Ginzburg, 1991). Modelo epistemológico no qual se encontram as ciências de interpretação, tais como a psicanálise e a historiografia. Nessa perspectiva, Ginzburg (1991), criador desse conceito/teoria, afirma que as investigações e os trabalhos realizados com base nesse paradigma partem da análise de indícios e dados aparentemente negligenciáveis, buscando realidades que escapam à pesquisa experimental dos métodos positivistas.

Portanto, para compor o *corpus* deste trabalho, pensamos no primeiro momento fazer uma análise de como se deu toda a discursivização envolvendo a temática *racial, bem como* a questão referente a *Raça* e ao mito da *Democracia Racial* e seus desdobramentos. Também, realizamos um levantamento histórico/discursivo sobre o Movimento Social Negro Brasileiro e de como se deu o processo de resistência e luta pelo direito à educação. Nessa mesma senda, também, levantamos a trajetória histórica/discursiva das Políticas Públicas de Ações Afirmativas (pós-redemocratização).

Esse levantamento histórico/discursivo que realizamos foi fundamental para compreendermos que essas Políticas impulsionaram os debates e ações para as políticas curriculares no Brasil, de modo a evidenciar as políticas curriculares para as relações étnicorraciais, dentre as quais destacamos as Leis Federais 10.639/03, 11.645/08 e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), buscando assim, fundamentar a pesquisa numa perspectiva histórica, enfatizando um dos seus problemas – questões **étnicorraciais** – e que permanece intrínsecos a sociedade brasileira, inclusive, nos dias atuais.

Num segundo momento a ideia foi de coletar material discursivo, ou seja, ir



pra campo, para assim, formar o *corpus* necessário para esta pesquisa e assim, tomar como materialidade de análise o discurso sobre as relações étnicorraciais no ambiente escolar fornecidas pelo próprio sujeito-professor. Nessa etapa, também, escolhemos três reportagens (que trata da temática em si) como disparador para provocar as discussões.

É importante destacar que para coletar o material discursivo utilizamos a técnica do Teatro-Fórum do Teatro do Oprimido (T.O), do dramaturgo Augusto Boal, como disparador de *corpus*, ou seja, os professores participarem de uma simulação teatral de um encontro pedagógico, que tinha como finalidade trabalhar/discutir o projeto didático da unidade, tendo por tema “*As relações Étnicorraciais no Ambiente Escolar*”.

Portanto, toda encenação se deu através de (02) dois atos cênicos. Assim, após a leitura de cada reportagem, o sujeito da nossa pesquisa, instigado pelo “curinga” (personagem do T.O), manifestava-se através de posicionamentos discursivos, ou seja, do seu “dizer”. Como também, outros se manifestaram através do “silenciamento”. E, para coletar/guardar esses “dizeres” do sujeito-professor, usamos uma câmera para filmar toda a encenação teatral (consentida por eles, naturalmente).

Diante desses pressupostos, a análise de dados coletados da presente pesquisa, fez-se à luz, principalmente de minha história/vivências como professora da rede municipal de ensino, como coordenadora pedagógica, como representante/presidente da entidade que defende professores/servidores, de textos/artigos/pesquisas e legislações referentes a temática que trata das relações étnicorraciais no contexto escolar. Assim, todo o processo aconteceu através do dispositivo da Análise de Discurso Pecheutiana (A.D. P) e do Paradigma Indiciário.

## RESULTADOS/DISSCUSSÕES

Assim, em linhas gerais, ao concluir (?) o nosso trabalho compreendemos o quanto as políticas públicas de educação implementadas em nosso país continuam sendo o resultado das transformações decorrentes dos processos de reestruturação, bem como a persistência em manter o sistema capitalista mundial. Porém, não devemos esquecer o quanto esse sistema continua privilegiando as relações de mercado em detrimento da vida social e da satisfação das necessidades básicas da população menos favorecida, e, dentro dessas necessidades o direito a uma educação que respeite e valorize a grande diversidade étnica e cultural do nosso país, dentre outras demandas de cunho político e



social tão importante quanto.

Sendo assim, partir das análises empreendidas sobre o *corpus* em questão, e tendo como embasamento teórico as noções de *formação discursiva* (FD), na via de Foucault (2004), *discurso, sentidos, arquivo, condições de produção* por Pêcheux (2008 [1983]), de *silêncio, discurso pedagógico (D.P) tratados pela autora Eni Orlandi* (1995), de *memória discursiva* por Courtine (2009) pudemos observar o funcionamento dos discursos sobre *igualdade, raça, mito da democracia racial, políticas públicas de ação afirmativa*, compreendendo dessa maneira, como se dá o silenciamento e o apagamento da memória nos discursos sobre esses temas; memória que irrompe no acontecimento discursivo, trazendo para a significação o sentido de “racismo” presente nos discursos da sociedade brasileira, bem como nos enunciados coletados para a presente pesquisa em relação às questões das relações étnicorraciais no ambiente escolar.

## CONCLUSÕES

Por fim, através do nosso olhar de pesquisador (iniciante, claro), analisamos/interpretamos o quanto o sujeito-professor, da nossa pesquisa, continua sendo agenciado ideologicamente em seu dito e, por conta disso, o mesmo se filia a determinadas Formações Discursivas (FDs). Entretanto, o mesmo não tem consciência que seu dizer/enunciado/discurso corrobora para os apagamentos das diferenças e das desigualdades existentes no país, tendo como sustentação para tal, os discursos: religioso, científico, jurídico ou, o culturalista.

Contudo, compreendemos que é por meio da disseminação desses discursos que tem-se contribuído para o apagamento, o *silenciamento* das questões de cunho “racista” existentes no país, principalmente, no ambiente escolar, pois, o silêncio, nesse caso, nada mais é que um mecanismo para ocultar desigualdades e mascarar situações de preconceito, como também tem o propósito de esconder as desigualdades e o preconceito racial nos planos tanto material quanto simbólico. Dito de outra forma, que o sujeito-professor compreenda que não adianta apresentar um discurso “politicamente correto” enquanto a prática pedagógica diz/mostra algo totalmente diferente/oposto ao dito, pois, é fato que os sentidos vão sempre irromper, escorregar... Afinal, o discurso é o lugar da materialidade ideológica.

Nessa seara, que ele/professor possa compreender que, ao selecionar o seu dizer,



sofrendo o processo de esquecimento, escolhe o que diz, na medida em que quer dizer, usando as palavras que julga conveniente para produzir o efeito que deseja (no caso, o politicamente correto), construindo assim o discurso, ilusoriamente, tendo em si, a ideia de controle de tudo, porém, na constituição desse discurso (que ele acredita ser novo) estão presentes os interdiscursos com seus ecos históricos que respigam acontecimentos discursivos passados. (PEREIRA, 2010).

Por fim, esperamos que este trabalho *signifique* de alguma maneira e, assim possa trazer novas e diferentes reflexões a respeito da discursivização das relações étnicorraciais no ambiente escolar, levando assim, o sujeito-professor a questionar e problematizar os enunciados/ditos que filiam-se a determinadas formações discursivas (FDs), mas que porém, no fio do discurso reflitam/compreendam o quanto os sentidos deslocam-se, conforme a necessidade imposta pela ideologia dominante, ou pelas condições de produção de seus ditos, em posições-sujeito distintas.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso. Políticas Públicas de Ação Afirmativa. Sujeito-Professor. Relações Étnicorraciais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.639** de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União. Brasília, 2003.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

ORLANDI, E.P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi. 5 ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2008 [1983].

PEREIRA, L. S. **Afinal, raças existem ou não?** Uma análise do discurso sobre as cotas raciais enunciado por professores universitários. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus I. 2010.